PRONUNCIAMENTOS DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Na presença de Deus e havendo número legal, declaro aberta a 40ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2026.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Kiki Bispo.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores, não existe Expediente na Mesa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Há sobre a Mesa a licença do vereador Beca. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Registros. Quem vai se inscrever para Registro? Vereador Palhinha. Mais alguém? Vereador Hamilton, vereador Sílvio,

André Fraga, Randerson. Agora apareceu um bocado de vereador. Vereadora Aladilce e vereadora Marta. Vereador Cezar. Mais algum vereador? Quem? Vai falar, Kleber?

Por três minutos, vereador Palhinha.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 - **REGISTRO.**

Boa tarde a todas e todos, Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores. A sessão desta tarde, para mim, é uma das mais importantes — ou será — do segundo semestre de Salvador. O prefeito Bruno Reis e o secretário Thiago Dantas enviaram a esta Casa o Projeto de Lei nº 04/2026, fazendo justiça à reposição, através do Fundef, que é uma complementação de um direito que os profissionais de educação fazem jus.

E digo isso porque os professores são os mestres que, desde o início, ajudam na formação intelectual, do caráter, da paciência, da educação. Muitos pais de famílias, nos dias de hoje, não têm tempo de dar educação aos seus filhos, e acaba sobrando para quem? Para os professores, diretoras, vice-diretoras.

Então, eu acho que essa categoria, qualquer governante que venha a sentar na cadeira, seja da Prefeitura, seja do governo

do estado, presidente da República, tem que valorizar essa categoria. Você pode ser um bom médico, um bom pastor, um bom advogado, o que você imaginar, um bom enfermeiro, um bom técnico de enfermagem, mas você, para chegar a essa graduação — como eu que me formei em Direito —, passa pelo banco da escola.

Na minha época era puxão de orelha, Aurelino, e até surra de régua eu já tomei, porque era menino danado. Os professores ajudaram na minha formação, no meu caráter. Acima de tudo é obedecer sempre aos mestres. O prefeito Bruno Reis faz justiça quando mandou esse projeto, juntamente com o Thiago Dantas.

E os nossos colegas, eu espero que não tenha nenhum *Apartheid*, porque isso aqui é um projeto da Casa. O prefeito não aprova o projeto se o vereador não sancionar. Então todos nós vamos colocar a nossa chancela, dizendo sim à valorização dos professores de educação da nossa cidade, do nosso município.

Por fim, Sr. presidente, hoje pela manhã eu estive acompanhando o prefeito Bruno Reis, ao lado do vereador Marcelo Guimarães Neto, do vereador licenciado Alberto Braga, lá em Tubarão, onde o prefeito deu a ordem de serviço para a construção de melhorias da colônia de pescadores, lá do Subúrbio Ferroviário de Salvador, para dar dignidade, para dar uma condição melhor, um banheiro, o seu freezer, seu vestiário, onde você possa se dirigir ao Subúrbio e comprar o seu pescado.

Então foi um golaço que o prefeito Bruno Reis, através de Duda Lomanto, escreveu a partir de hoje lá em Tubarão. Acho que é assim que a gente faz a valorização dos profissionais.

E outra coisa: o prefeito acabou de renovar o decreto, por mais 90 dias, em apoio às pessoas marisqueiras, pescadores e comerciantes lá de São Tomé de Paripe, para que os governantes possam fazer reparação, visto que a Gerdau foi condenada a indenizar em mais de R$50 milhões. A Polícia Federal já acionou a Justiça, já estamos entrando com busca de apreensão e penhora do patrimônio da Gerdau, porque ela tem que fazer reparação da Praia de São Tomé de Paripe.

Muito obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Hamilton, por favor, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, vereadores e vereadoras. Boa tarde, nosso público que está aqui no Plenário. Boa tarde, público que está nos assistindo na TV Câmara.

O nosso Registro de hoje é exatamente para falar sobre uma sessão importante que nós tivemos na segunda-feira, que foi uma sessão em homenagem aos 40 anos da Casa de Sultão. Foi uma sessão importante porque aqui nós reunimos setores do segmento da umbanda, que tiveram a possibilidade aqui de celebrar a sua religiosidade, a sua ancestralidade e mostrar a riqueza cultural da sua contribuição para a história da nossa cidade e do nosso país. Nós nos sentimos muito orgulhosos de fazer parte desse processo.

Ainda na segunda-feira, nós também participamos de outra sessão, que comemorou o Dia da Ancestralidade Africana no Brasil. Isso para a gente foi importante também, porque rememorou toda a trajetória da contribuição do legado dos povos africanos aqui no Brasil.

Eu quero aproveitar o tempo que me resta para tentar fazer um diálogo com Palhinha, que exaltou aqui a importância da educação, a importância da valorização dos profissionais da educação. Mas nós consideramos, Palhinha, que esse projeto que está sendo votado aqui hoje ou que vai ser votado aqui hoje, o nº 04/2026, que trata do pagamento dos precatórios aos professores, da parcela devida dos precatórios do Fundef aos professores, nós consideramos que ele está devendo e muito aos professores.

Primeiro, porque esse projeto contempla apenas 60% da parcela e deixa de fora os juros e a correção monetária. Eu não sei se você conseguiu ter acesso aos cálculos, mas os professores vão ter direito a R$ 93 milhões, enquanto juros e moras, que têm correções diárias, já representam hoje — a somatória do montante todo — a soma de perto de R$ 290 milhões.

Ou seja, a Prefeitura vai embolsar aí o que deveria ser direito dos professores, pelo menos R$ 160 milhões a R$ 170 milhões. Isso não é valorizar a educação, isso não é respeitar os professores. Isso, para gente, exatamente poderia ser chamado de um assalto, literalmente, porque quando você nega direito, você subtrai, inclusive ao arrepio da lei — porque existe lei federal que já foi aprovada e que autoriza o pagamento. Você está subtraindo algo indevido.

Portanto, não temos nada a celebrar. O precatório do Fundef é um direito e os professores estão aqui, inclusive, para demonstrar isso. Nós queremos que daqui para frente o prefeito tenha mais respeito com a nossa categoria e cumpra o acordado que pôs fim à greve de 2025, que até agora não foi cumprido, Palhinha.

É isso que nós queremos.

(*Aplausos nas Galerias.*)

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Hamilton.

Vereador Sílvio Humberto, por favor, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, colegas. Hoje, 12 de agosto, há cerca de 228 anos, os revoltosos de Búzios davam seu brado contra a escravidão, contra a monarquia, defendendo liberdade, igualdade e fraternidade. 228 anos!

A história de Manuel Faustino, Lucas Dantas, João de Deus, que estão ali na Praça da Piedade, inscritos já no Panteão dos Heróis Nacionais — e sem esquecer de Luiz Gonzaga. Tem uma peça, para quem gosta de ir ao teatro, com o ator Everton, que está — se não me engano — no Teatro Módulo, falando sobre a figura soldado Lucas Dantas.

Então é importante entender essa reflexão, é importante entender o que é que significa, hoje, a luta daqueles sob a influência da Revolução do Haiti, o primeiro lugar que a população negra se colocou em pé contra a escravidão. Havia esse perigo de "haitização", de sair o efeito dominó sobre a escravidão. Esses homens ousaram, e esta Casa aqui os prendeu aqui

embaixo, porque aqui era Casa de Câmara e Cadeia. Estavam aqui embaixo.

Também os portugueses, na época que esquartejaram seus corpos, disseram que nós não voltaríamos. Como não combinaram, nós estamos aqui, com a força da nossa ancestralidade, para reafirmar o nosso compromisso com a igualdade, com a fraternidade. Dizer o que eles falavam lá: "animai-vos, povo bahiense, porque é chegado o tempo da igualdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais".

Enquanto esse dia não chega, nós seguimos lutando por uma educação pública de qualidade. Nós sabemos que ainda não é, vereador Hamilton, o projeto ideal esse, porque quando envolve recursos, essa parte mais sensível, eu acho que foi dentro do acordo possível, do que foi nesse momento.

É importante dizer que tem esses juros e que os juros não foram pagos. A Prefeitura... não foi ainda o que poderia ter sido um jogo ganha-ganha, foi o jogo que eu diria possível de ter, dentro da atual conjuntura que nós dispomos.

Então, aqui reafirmar o nosso compromisso com a categoria de professores e professoras. Acima — e mais do que tudo —, o nosso compromisso com a educação pública de qualidade.

(*Aplausos nas Galerias*.)

Aí sim, Salvador vai ter esse dia, Sr. presidente, dessa chamada igualdade para valer. Isso não será sem essa educação pública de qualidade

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Sílvio Humberto.

Vereador Randerson Leal, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON LEAL (PODEMOS)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO**.

Boa tarde, Sr. presidente, boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, imprensa, povo de Salvador que nos ouve através da TV e Rádio Câmara.

Sr. presidente, queria aqui registrar, mais uma vez, de forma lamentável, que nós não vamos votar projetos dos vereadores, inclusive projetos que têm o apelo popular, inclusive o de V.Exa., a autoria desse projeto, sobre o Kiss&Fly e sobre também as guaritas da porta de emergência e urgência de hospitais, do qual fui autor do projeto.

Eu venho, Sr. presidente, colegas vereadores e vereadoras, de um tempo em que o combinado não sai caro. E nós

combinamos aqui nesta Casa, na última segunda-feira, que iríamos votar, apreciar os projetos dos vereadores. Eu acho que é uma forma de a gente estimular cada vez mais a produtividade dos colegas vereadores e vereadoras. Infelizmente, a gente saiu daqui feliz na segunda-feira e, infelizmente, na terça a gente dormiu chateado. De forma lamentável, foi publicada a Ata sem os projetos dos vereadores. Quero aqui registrar, de forma lamentável.

Ao mesmo tempo, quero aqui agradecer ao presidente desta Casa, ao líder da situação, o vereador Kiki Bispo, e ao próprio prefeito, Bruno Reis, que nos recebeu na tarde de ontem, junto com a APLB. Conversamos, dialogamos sobre o Projeto de Lei dos Precatórios, que o Executivo enviou para cá. Embora a gente não tenha sido contemplado com todas as emendas que a Aplb apresentou, eu tenho certeza que o que a gente combinou... Foi muito importante essa ida. É salutar esse convívio, essa democracia, esse diálogo, e é isso que a gente pede.

Os entes federativos, os Poderes Executivo e Legislativo, têm que conversar mais. Eu venho falando aqui direto que o Executivo, infelizmente — e aí parte mais dos secretários da Prefeitura —, não têm dialogado com os vereadores, não têm dialogado com a sociedade, não têm dialogado com os vereadores desta Casa.

Quando a gente vê a reunião de ontem, junto com o prefeito, atendendo, vendo de perto as dificuldades, mas colocando ali a sua cara a tapa, quero aqui parabenizar, tem que ser justo, vereadora Cris Correia, tem que ser justo com as pessoas. O prefeito, mais uma vez, atendeu a bancada de oposição junto com a APLB, sob a intermediação do presidente desta Casa, a quem quero agradecer também essa intermediação.

Mas fica registrado, Sr. presidente, de forma lamentável, que, infelizmente, nós não vamos poder apreciar projetos oriundos dos vereadores aqui desta Casa. Espero o mais rápido possível, Sr. presidente. A população pede e espera que a gente possa votar e aprovar o projeto do Kiss&Fly, que justamente é de V.Exa. a autoria desse projeto.

Nós não podemos deixar que a administração do Aeroporto construa guarita e fique por isso mesmo. Nós temos que acabar com aquela guarita, mesmo porque não teve autorização do poder público, nem municipal e nem federal, em se tratando de uma concessão pública do Aeroporto.

Então, fica aqui registrada a nossa lamentação de não ter a votação de projeto de lei dos vereadores desta Casa.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Randerson.

Vereadora Aladilce, por favor, três minutos.

(*Manifestação nas Galerias: "Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor! Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor!"*)

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras.

Quero saudar as Galerias aqui que se manifestam, fazendo um apelo, Sr. presidente, a esta Casa, para que o pagamento do valor referente aos precatórios do Fundef seja estendido a todos os professores e professoras, o que a gente concorda. Nós estivemos conversando ontem, exaustivamente, e achamos que é justa essa reivindicação, mas enfim, nós vamos, daqui a pouco, apreciar a matéria.

Eu quero, então, saudar, parabenizar a atitude da Câmara em relação a esse processo, a esse projeto do Executivo que vem para cá, que é uma dívida histórica com os professores, com os trabalhadores de educação desse município.

Desde 1998 para cá, os professores receberam um valor bem aquém do que deveriam ter recebido e reconhecido agora. Está fixado em lei federal que eles têm direito a 60% do montante

e os outros 40% devem ser aplicados em melhoria do desenvolvimento da educação, que pode também ser utilizado para valorizar os professores.

É importante chamar a atenção, Sr. presidente, que os trabalhadores da educação desenvolvem um trabalho de excelência aqui no município de Salvador, inclusive tendo feito a elevação do Ideb. E todo ano, para conseguir qualquer reajuste salarial, qualquer ganho a mais, tem que fazer campanha salarial, greve e às vezes entrar em conflito, às vezes entrar em luta prolongada, como nós vimos no ano passado.

Então, o que estamos fazendo e o que vamos fazer na sessão de hoje é uma reparação histórica. E nada mais justo do que a gente estender. Nós fazemos um apelo, inclusive, ao prefeito, que ontem se disse sensível a esse abono, mas não concretizou através da emenda que está pendente.

Então, eu quero parabenizar aqui, primeiro a Casa, na figura do presidente Carlos Muniz, que abriu essa conversa. Eu fiz questão de registrar, lá na Mesa com o prefeito, que a melhor forma de tratar os professores e todos os servidores desse município — que é quem bota o município para funcionar —, a melhor forma de tratar é com mesa permanente de negociação, para corrigir as distorções do plano de carreira, para corrigir os valores devidos, para fazer justiça. Por quê? Especialmente, Sr.

presidente, na educação, o que eu tenho visto nas escolas é algo impensável, é algo impensável.

A gente precisa considerar que essas professoras e esses professores trabalham em condições muito precárias. As escolas ainda precisam de climatização, precisam concluir as reformas, Sr. presidente. Eu queria que o senhor desse uma passeadazinha nessas escolas que estão com obra de reforma paradas há três ou quatro anos, com os meninos confinados em lugares completamente inadequados.

Portanto, essas professoras e professores merecem essa valorização e muito mais. É preciso pagar, inclusive, os juros, os juros de 1998 para cá, que estão sendo suprimidos, que estão sendo suprimidos.

Portanto, a luta continua e a Câmara Municipal vai estar acompanhando, o nosso mandato, o mandato da nossa bancada de oposição acompanhando essa luta de vocês. Faço minhas palavras as de Sílvio Humberto aqui em relação à luta em memória dos Heróis de Búzios, que estão ali na Praça da Piedade, que foram martirizados na Praça da Piedade, lutando por liberdade, por justiça, fraternidade. Essa é a luta que permanece até hoje. E eu quero destacar aqui que a Praça da Piedade está precisando de uma reforma urgente, inclusive para honrar a memória dos Heróis de Búzios.

Obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu que agradeço, vereadora Aladilce.

Vereadora Marta, por três minutos.

(*Manifestação nas Galerias: "Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor! Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor!"*)

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 - **REGISTRO**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadoras e vereadores, as Galerias, que eu quero saudar essa entidade combativa de luta, a APLB, que está sempre aqui atuante, trazendo também pautas justas de reivindicações.

Mas, Sr. presidente, eu queria aqui também trazer, assim como o meu colega, vereador Sílvio Humberto já trouxe, o dia de hoje, 12 de agosto, essa data importante. Então, a gente traz aqui a memória de 12 de agosto de 1798. A Cidade do Salvador amanheceu com boletins manuscritos afixados em muros de igreja, em locais públicos. Esse ato marcou o início da Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta de Búzios. Foi um movimento popular por

igualdade, liberdade e pelo fim da escravidão no Brasil e da colônia.

Por isso, Sr. presidente, nós temos que marcar. Eu sou autora da lei que cria também o Dia dos Mártires de Búzios, que é 8 de novembro, que está ainda mais um pouquinho. Nós precisamos registrar e trazer, porque o que esses homens, alfaiates e soldados fizeram nesta cidade, era também pedindo o aumento para os soldados.

Hoje, a APLB também está aqui trazendo, pedindo para reconhecer os juros, toda essa caminhada que vem fazendo com o dinheiro do Fundeb, e do precatório. Por isso que a gente não pode deixar de trazer a memória de toda essa nossa cidade, que é uma cidade da resistência, mas que continua ainda muito desigual.

Sr. presidente, no tempinho ainda que me resta, eu quero trazer aqui que, hoje também, pela manhã, nós estivemos no TJ, no Pleno, que foi a votação, a análise no Pleno, do vagão exclusivo do Metrô. Nós aqui celebramos esse momento, porque libera a implantação do vagão exclusivo para as mulheres. Esse nosso projeto foi aprovado aqui no mês de março, foi sancionado pelo prefeito e depois a ANP Trilhos entrou com uma ADI — só para concluir, Sr. presidente, o meu raciocínio —, e ela não podia, está na decisão do relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode ficar à disposição, vereadora.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Só para concluir, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode ficar à disposição, não se preocupe, não.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Pronto. Então, a ANP Trilhos é uma entidade que tem sede em Brasília, então jamais poderia estar aqui, em Salvador, trazendo toda essa situação para as mulheres que sofrem a importunação sexual dentro do Metrô. Portanto, é contraditório que uma associação sediada em uma cidade que já possui essa política pública — porque Brasília possui — tentar impedir aqui, em Salvador.

Então, nós estamos aqui trazendo, celebrando, porque quem vive o cotidiano do transporte público sabe o quanto o assédio e a importunação ainda é uma realidade presente na vida das mulheres.

Por isso, Sr. presidente, que a gente não poderia deixar de trazer a nossa lei, a Lei nº 9.835/2025, que foi fruto de um projeto que nós recebemos também desde 2024. Nós fomos procuradas por diversas mulheres. Inclusive, as mulheres que estavam até hoje lá, as “Divas de Batom”, que estiveram com a gente hoje de manhã lá também.

Então essa aprovação contou com a ampla mobilização dos movimentos de mulheres, especialistas em políticas públicas, de enfrentamento à violência de gênero. Logo hoje a gente celebra, porque nós estamos aqui também, a Casa, está todo mundo aí com esse nosso lilás aqui no corpo, porque é o Agosto Lilás nas nossas roupas. O Agosto Lilás que traz também todo esse momento importante, dos 20 anos da Lei Maria da Penha. A gente precisa também marcar aqui, nesta Casa, porque nós queremos as mulheres vivas.

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereadora Marta.

Vereador Cezar Leite, por três minutos.

(*Manifestação nas Galerias: "Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor! Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor!*")

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE (PL)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO**.

Obrigado, Sr. presidente. Boa tarde a todos. Eu venho com dois assuntos. O primeiro assunto é a respeito da taxa de esgoto.

Eu tenho recebido várias mensagens de muitos moradores de Salvador questionando a questão da taxa de esgoto, hoje no valor de 80% da conta da água, o que é um absurdo. Muitas pessoas não têm sequer o serviço, porque a sua casa é conectada com outra casa, que cai numa manilha, que às vezes — ou na maioria das vezes — cai numa área fluvial ou então no próprio meio ambiente, sem qualquer tipo de tratamento. E, mesmo assim, na sua conta vem 80% do valor de esgoto.

Então, demos entrada aqui na Câmara de Vereadores no projeto de lei para redução de 80% para 40% e discutir também a isenção para quem não tem o serviço. É uma lei que já foi aprovada em Feira de Santana — já foi sancionada, inclusive, pelo prefeito, já é lei — e em Conquista também. Já há um entendimento do STF de que nesse tipo de matéria a Câmara de Vereadores, o Poder Legislativo, pode sim legislar a respeito.

É por isso que eu peço atenção a todos os vereadores, que a gente possa, com maior celeridade possível, avaliar nas comissões e trazer para votação algo tão importante para a Cidade do Salvador.

Hoje o custo de vida está altíssimo, está tudo caro em Salvador e na Bahia, tantos custos também de taxas e impostos

para quem é empreendedor, e a gente tem que ajudar. Uma das formas de ajudar é reduzir a taxa de esgoto de 80% para 40%, nesse projeto de lei que demos entrada.

O segundo assunto que eu trago, com relevância, é em relação ao edital do concurso público da Polícia Civil do Estado. Eu, lendo atentamente, como presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência — claro, é uma das minhas funções e obrigações, ver a questão da inclusão também no edital —, e o que me chama muita atenção é em relação ao teste de aptidão física, que não é de forma adaptada às pessoas com deficiência.

Há pouco tempo nós vimos, até nas redes sociais, o quadro de uma pessoa anã tentando dar um pulo que seguisse o critério adotado para as pessoas que são habilitadas para o tipo de exercício ou atividade, e ele não conseguia, sendo reprovado, tendo que dar entrada na Justiça.

Então já há um consenso também no STF de que esse teste de aptidão física seja adaptado para as pessoas com deficiência, a depender da sua deficiência. Então as pessoas que são cegas, surdas, amputadas, elas têm o direito de participar do concurso e também de exercer a sua função, desde que possa exercer de forma plena, e não ter um obstáculo hoje criado com o edital que foi feito pela Secretaria de Segurança Pública.

Então eu solicito ao secretário Marcelo Werner, que é um técnico, alguém voltado para a área, não político, que faça uma

correção nesse edital, para que se torne justo esse edital, para as pessoas poderem participar de forma ampla, principalmente as pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Cezar Leite.

Vereador Carlos Kleber, por três minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CARLOS KLEBER (PSD)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **REGISTRO.**

Boa tarde, presidente. Boa tarde, nobres colegas. Eu vim aqui a esta sessão, primeiro, dizer a vocês que atraso é normal, mas hoje o meu atraso foi em virtude de participar da Comissão de Legislação Participativa.

Aproveito para fazer um apelo aos nobres colegas que lá estão, para participar de fato. Foi assim que eu aprendi, durante esses 16 anos na vida pública, sendo dos bastidores, participando do gabinete do deputado federal Antônio Brito, participando do grupo do Prof. Edvaldo Brito, que o diálogo é necessário para que a gente possa chegar a uma solução dos casos que são pleiteados pela população de Salvador.

Os pleitos realmente são coisas importantes, para que a gente dê um fim, ou numa posição positiva, ou numa posição negativa. Então eu faço esse apelo aí para que a gente possa tornar realmente bastante dinâmica, não só essa comissão, como todas as demais.

Venho aqui também dizer a vocês o seguinte. Estive, como de rotina nossa, visitando o Subúrbio Ferroviário de Salvador no final de semana, com a participação do deputado federal Antônio Brito, e acabei, mais uma vez, vendo a necessidade, de fato, de a gente dar uma atenção especial aos portadores de autismo. De fato, é algo que vem nos preocupando, o crescimento tem sido assustador.

Nisso a gente tem que realmente estar implantando provavelmente um projeto de lei, para que a gente possa dar uma condição de qualidade de vida, principalmente aos pais, aos parentes do portador de deficiência. Não é deficiência, na verdade, é um problema que vem congênito dentro do neurodesenvolvimento da criança, do adolescente, da pessoa, como qualquer um que é portador.

Então, dentro dessa condição, eu peço, na verdade, que a gente comece a pensar junto, porque eu tenho certeza de que aqui nós somos um grupo com a intenção de melhorar a vida, cada dia mais, dessa população de Salvador, melhorar mais a condição do dia a dia da cidade também.

Então, dentro dessa condição, eu venho também dizer a vocês que hoje, como o Mês Lilás, que dá, na verdade, a condição de a gente ser combativo com a violência contra as mulheres, isso é um tema que a gente tem que também estar preocupadíssimo, porque a gente vê os escândalos que acontecem com as mulheres. Não podemos esquecer que é através delas que nós estamos aqui contribuindo para que a população de Salvador tenha uma saúde melhor.

Não tenho dúvida de que, assim como o deputado federal Antônio Brito, estarei fazendo também uma defesa com relação às entidades filantrópicas, às Santas Casas, as quais vão nos ajudar muito na área da saúde, como vem fazendo ao longo desses anos.

Muito obrigado, presidente. Muito obrigado, caros colegas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, irmão. Peço a atenção dos vereadores para que se levantem para promulgar as Resoluções nº 3.615/2026, nº 3.616/2026, nº 3.617/2026, nº 3.618/2026, nº 3.619/2026 e nº 3.620/2026. Promulgadas.

Agora, votar o projeto de lei. Correto? Projeto de Lei Complementar nº 04/2026, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a destinação da primeira parcela recebida pelo município de Salvador neste ano de 2026, em razão do precatório judicial a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - Fundef, aos profissionais do Magistério da Educação Básica, e dá outras providências.

Com o parecer conjunto favorável, com emenda, das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e Educação, Esporte e Lazer. Com voto em separado.

Há uma emenda sobre a Mesa, apresentada pela oposição. Convoco o presidente da CCJ para que possa dar o parecer, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (NOVO)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, leitura do parecer referente à Emenda Aditiva nº 01, apresentada aqui em Plenário pelos vereadores da

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

oposição. Lerei a emenda brevemente aqui, para prontamente analisá-la.

Art. 20. Fica instituído abono extraordinário do precatório do Fundef, exclusivamente no ano de 2026, destinado aos ocupantes de cargo público efetivo do quadro do Magistério e aos contratados pelo Regime Especial do Direito Administrativo que se encontram em efetivo exercício na rede municipal de ensino.

§ 1º. O abono extraordinário também será destinado aos servidores inativos do quadro do Magistério do município de Salvador, na data de início da vigência desta lei.

§ 2º. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se como de efetivo exercício os afastamentos remunerados em que o servidor permanece na folha de pagamento da Secretaria de Educação.

§ 3º. O abono extraordinário será pago a título de valorização dos profissionais do Magistério, sendo calculado mediante rateio do valor equivalente ao montante de 40% da primeira parcela dos recursos devidos pela União ao município de Salvador.

§ 4º. O abono extraordinário será pago a título de valorização dos profissionais do Magistério, sendo custeado com recursos do precatório da complementação da União ao Fundef, reconhecidos em favor do município de Salvador, em razão de sua

natureza jurídica autônoma em relação ao principal, observadas as diretrizes fixadas pelo Supremo.

§ 5º. O abono extraordinário tem caráter indenizatório, sendo vedada a sua incorporação na remuneração.

§ 6º. O abono extraordinário será recalculado a partir da divisão do montante da verba a ser distribuída por todos os profissionais habilitados, nos termos do *caput* e do § 1º deste artigo.

§ 7º. A instituição do abono extraordinário não implicará redução, compensação ou qualquer forma de redução dos recursos correspondentes ao percentual mínimo destinado aos profissionais de educação previsto no Art. 47-A da Lei Federal nº 14.113, nem dos valores destinados ao rateio obrigatório estabelecido nesta lei.

§ 8º. Aplica-se ao abono extraordinário os §§ 2º e 3º do Art. 5º desta lei. A emenda do projeto de lei que cria o abono extraordinário constitui essa justificativa, medida autônoma de valorização profissional e uma forma de reconhecer o compromisso e dedicação dos serviços prestados à educação municipal pelos servidores do Magistério.

Pela análise constitucional da referida emenda, meu voto é pela rejeição da emenda.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 **– NA PRESIDÊNCIA.**

Colhendo voto da Comissão de Constituição e Justiça. Como vota a vereadora Aladilce? Contra o relator. Como vota o vereador Maurício Trindade? Está ausente. Como vota o vereador Rodrigo Amaral? Com o relator. Como vota o vereador Luiz Carlos? Com o relator. Como vota o vereador Paulo Magalhães? Com o relator. Como vota o vereador Omarzinho? Com o relator. Rejeitada a emenda na Comissão de Constituição e Justiça.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir, vereadora Marta, vereadora Aladilce e vereador Hamilton. Para discutir, vereadora Marta, V.Exa. quer quantos minutos?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Uns 15 minutos, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB) Então pode botar 30 minutos para a vereadora. Vou dobrar!

Bote os 15 minutos que ela quer.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Nós vamos fazer aqui um debate. Já agradecendo, Sr. presidente, pela sua mediação, ontem, para a reunião com o Executivo, com o prefeito, com o secretário da Smed, com a APLB-Sindicato e com os vereadores e vereadoras de oposição e com o líder Kiki também. Então foi um momento que deu para a gente trazer este debate e mostrar também o quanto é importante a gente ter os dados, as informações, porque a partir daí a gente pode tomar as decisões e apresentar também mais as emendas. Das emendas apresentadas pela APLB-Sindicato, das três, só duas foram acatadas.

Nós aqui fizemos essa emenda, que é para a gente também trazer e mostrar para a população, porque as pessoas cobram da gente: qual é a posição de vocês em relação ao abono? Aí a gente tem que apresentar a emenda e trazer para a gente garantir o debate na Casa, esse debate com bastante transparência, para não ter nenhuma dúvida.

Em relação aos juros dos precatórios, nós precisamos fazer todo este debate aqui da Casa, como o vereador que já me antecedeu aqui, Hamilton, já trouxe, dos 60% e dos 40%. A gente sabe que a APLB-Sindicato também já está na Justiça, está tramitando. Por isso que mostra a importância de estar aqui

trazendo, Sr. presidente, a nossa contribuição. Nós precisaríamos também ter toda uma avaliação em relação à questão orçamentária do município.

O segundo quadrimestre ainda não está aqui na Casa, ainda vai ter um prazo para chegar, que é no próximo mês, mas nós temos que levantar e trazer também a importância das controvérsias judiciais ainda pendentes em relação — porque essa é a questão também central — ao cálculo do repasse ao Magistério.

O Art. 2º da proposição adota como base o valor principal da primeira parcela e, por conseguinte, exclui os juros de mora. Imagine! Ocorre que a definição dessa base, que a gente vem acompanhando, os 60% destinados ao Magistério, devem incluir apenas sobre o principal ou sobre a integralidade da receita principal e juros também. É justamente o objeto da controvérsia judicial ainda não encerrada. Ontem, na mesa, nós tivemos condições também de acompanhar alguns dados, assim também como o prefeito apresentou uma tabela e também o próprio secretário.

No juízo da origem dessa decisão que determinou que os percentuais de 60% e 40% incidissem sobre a integralidade do depósito, compreendidos principalmente os juros, com fundamento no Art. 5º da Emenda Constitucional nº 114/2021.

Por isso, Sr. presidente, quando a gente trata aqui também da natureza da questão, que a gente precisa mostrar o debate, de a gente defender essa proposta, que é uma proposta muito justa, que acompanhamos também em nível estadual, que veio com todo este debate com juros também. Então é justo que aqui também, no município, funcionasse desta forma, que esse projeto que chegou viesse também com toda essa fundamentação, reconhecendo, e não da forma como nós recebemos.

Por isso, Sr. presidente, que precisa também, no caso, continuar com a mesa, como foi dito ontem, para antecipar também todo esse debate sobre a base de cálculo da parcela devida, registrando também todo esse momento. A gente precisaria também que viesse junto com esse projeto, cuidando da transparência, que viesse junto uma demonstração financeira, o impacto financeiro, coisa que a gente não tem. Não estamos duvidando nem levantando nenhuma dúvida em relação a isso, mas se o município arrecada tem que também valorizar. E valorizar por onde? Pelos professores.

Ontem, a professora Elza trouxe também uma questão, e colocou na mesa, em relação à climatização das escolas. Isso mostra para os alunos e alunas e para professoras e professores, que uma escola climatizada é uma outra condição de trabalho e de aprendizagem.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Por isso que nós também estamos aqui somando junto a essas pautas, essas demandas muito justas, presidente, e mostrando também a forma, quando a gente estabelece o debate e escuta a categoria, que é quem está no dia a dia ouvindo, recebendo todas as demandas dessa importante categoria no município de Salvador, que são as professoras e os professores.

Então, contem com a gente. Nós estamos aqui! A emenda vem nesse sentido do reconhecimento. Como foi dito ontem na mesa: o abono é pago de uma vez só. Então, isso não vai onerar, porque não vai ter depois a continuidade de um pagamento como esse. Então, é rever essa situação e pagar o abono devido desses e dessas que no dia a dia constroem e mostram para a gente que cidade nós queremos viver, sem essa situação de desigualdade e também de discriminação com os nossos professores e professoras.

Obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu que agradeço, vereadora Marta.

Vereadora Aladilce.

(*Manifestação nas Galerias: "Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor! Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor!*")

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, às vezes a gente, se não parar direitinho para refletir sobre o que é que nós estamos tratando, o que é que nós estamos votando, às vezes a gente não consegue entender direito. Então eu fiz questão de trazer aqui, Sr. presidente, esses valores que estão aqui, sob a forma de projeto de lei, que são referentes ao precatório do Fundef.

De 1998 até 2006, os professores e professoras de todos os municípios brasileiros receberam um valor, por força de lei federal, destinado a um incentivo e à valorização da educação, sendo que 60% desses valores deveriam ser pagos e repassados para o salário dos professores; e 40% para outras despesas em educação.

Só que esse pagamento veio a menor, foi feito a menor lá atrás e, depois de uma ação que perdurou, que rodou e tal, agora o município de Salvador conseguiu receber, a Prefeitura recebeu R$ 288 milhões. Então a gente está tratando de um montante de R$ 288 milhões, em três contas, divididas em nome do prefeito e

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

do secretário para ser destinado à MDE, que é o Desenvolvimento da Educação.

Então, dos R$ 288 milhões, 60% era para serem pagos para os professores diretamente, esses professores atuando de 1998 a 2006 — R$ 91,762 milhões, os 60% são isso —; para o Desenvolvimento da Educação, R$ 61 milhões; e sobra, desses R$ 288 milhões, R$ 136 milhões, que correspondem a juros. Esses R$ 136 milhões, que estão já depositados em poder da Prefeitura, do prefeito Bruno Reis, estão sem carimbo, presidente, não tem destinação.

Então foi aí que a APLB-Sindicato, pensando em valorizar todos os profissionais da educação, professores, coordenadores pedagógicos e tal, que contribuíram e que contribuem para a aprendizagem das nossas crianças, propôs esse abono extraordinário. É um abono extraordinário que é uma coisa justa e é uma reparação, porque, se na época, lá em 1998, o pessoal tivesse recebido com o valor correto, o valor justo, teria sido incorporado, teria tido efeitos ao longo da carreira e também teria repercussão sobre todos os professores que trabalharam durante todo esse tempo e os que trabalham hoje.

Então esse valor precisa ser rateado para todo mundo, porque o trabalho da educação... Se o Ideb aumentou, é fruto do trabalho coletivo dos professores e coordenadores pedagógicos. Está entendendo, presidente?

(*Aplausos nas Galerias*.)

Então, o prefeito vai ficar... Ainda bem que tem R$ 136 milhões sem carimbo para ele aplicar. A gente precisa saber como vão ser aplicados esses R$ 136 milhões. É muito justo que tivesse um abono extraordinário que contemplasse a todos, porque tem gente, por exemplo, que estava aí, que se dedicou e não vai ter a repercussão que poderia ter tido. Se tivesse tido o aumento na época, o salário hoje cresceria em cima daquele valor. Então essa emenda é justíssima. Aliás, ainda o município ficaria devendo a esses professores, porque não incorporou no salário. É um abono pontual o que está se propondo.

Então, a gente agradece ao presidente e a toda a Casa. Se a gente puder voltar a esse ponto, tem mais três parcelas que vêm, mais duas que vêm. E, por isso, nós fizemos questão de manter aqui essa emenda, mesmo tendo sido recusada pelo secretário da Educação e pelo prefeito, que disse que estava no coração o desejo, mas precisa mostrar na prática que valoriza os professores e as professoras.

Precisa mostrar na prática como é que vai aplicar. Por exemplo: é preciso concluir a reforma das escolas, as escolas que estão com reforma parada. É preciso botar ar-condicionado em todas as escolas, presidente. É preciso comprar fardamento, livro e material escolar para todas as escolas.

Nós esperamos que esses R$ 136 milhões sejam gastos efetivamente na educação. Ainda há tempo do prefeito fazer um abono extraordinário, porque não é exagero nenhum, não é nenhuma benesse, é fazer justiça e reparação para uma categoria que é fundamental para a nossa cidade, para o desenvolvimento da nossa cidade e para tirar os nossos meninos da zona de risco.

Muito obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Aladilce.

Vereador Hamilton Assis.

(*Manifestação nas Galerias: "Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor! Sr. vereador, o Ideb aumentou, aprove o abono para todo professor!"*)

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras.

De fato, é lamentável ter que vir aqui fazer uma defesa tão óbvia. É inadmissível a gente pensar em qualquer processo de reparação que ele não seja financeiro, que ele não seja para

intervir diretamente para mudar a realidade tão difícil que a nossa educação vive hoje.

Qualquer um de nós aqui que tiver uma dívida com o sistema bancário, principalmente quem tem dívida, vereador Kiki, com cartão de crédito, sabe que tem que pagar os juros de mora e correções monetárias se assim ele estiver devendo. Não é isso?

Eu quero dizer que o que está se pedindo aqui não é nenhum absurdo. O grande problema é que este país costuma legitimar absurdos. E o absurdo é que está se construindo, Sílvio Humberto, uma jurisprudência que já está sendo fatiada nos Supremos Tribunais ou nas instâncias superiores para não reconhecer os juros como parte integrante da parcela devida aos professores.

E pasmem, senhores: esse dinheiro vai cair na Conta Zero da Prefeitura, que ela vai tratar como superávit orçamentário e pode gastar esse dinheiro como bem lhe convier. Mais recentemente nós estivemos analisando algumas publicações no Diário Oficial do Município e encontramos — recentemente! — que o governo municipal, em função de ter garantido o superávit orçamentário do orçamento do ano passado, que estava em torno de cento e poucos milhões de reais esse superávit orçamentário, o governo pegou R$ 15 milhões e destinou à pasta da Comunicação, através de suplementação orçamentária para essa

pasta, que passa a ter uma verba, Sílvio Humberto, muito maior do que a verba da Secretaria de Reparação. Olha o absurdo!

Tudo isso para fazer o quê? Propaganda do governo. Tudo isso para montar uma fantasia, uma realidade que a gente não vê no chão concreto da nossa cidade e que não vê no chão das nossas escolas. Esse dinheiro poderia estar sendo empregado para resolver o problema do atraso de muitas obras que estão sem concluir na educação, Sílvio Humberto. É isso, Palhinha, que nós estamos querendo discutir aqui.

Mas os professores estão fazendo uma reivindicação justa, porque se a gente tivesse feito atualização monetária disso — como disse bem as vereadoras Marta e Aladilce — esse dinheiro poderia ter sido incorporado ao salário dos professores, que estariam tendo ganho real até hoje no seu salário, ou seja, um ganho permanente.

Mas, no entanto, esses professores irão receber esses recursos com atraso, que o prefeito entrega como se estivesse dando um presente, como se estivesse fazendo uma caridade, quando na verdade os professores estão sendo lesados nos seus direitos. Se você não paga os juros, Palhinha, se você não paga os juros, Kiki, você está subtraindo recursos que eram desses servidores que trabalharam duramente e que trabalham para garantir uma educação minimamente digna para os nossos alunos.

Portanto, nós consideramos que o que está acontecendo aqui é exatamente um estelionato financeiro desses professores. É isso que está acontecendo aqui e a gente não pode negar. Pensando por esse raciocínio e compreendendo que essa verba que vai estar disponível no cofre da Prefeitura, que a gente não tem transparência de onde vai ser gasta e compreendendo as condições de funcionamento das nossas escolas, com falta de ar condicionado, falta de professores, falta de merendo escolar, falta de fardamento, precariedade no contrato dos servidores terceirizados, nós entendemos que o que está sendo feito com esses professores nada mais é do que a precarização do trabalho e da nossa educação.

Portanto, dar condições dignas, respeitar os professores é cumprir lei, é fazer e valorizar na prática, no concreto, no dia a dia, o trabalho desses professores.

É nesse sentido que a bancada do Psol compreende que a gente deve votar contra, e votar contra de forma simbólica, não porque nós somos contra que os professores tenham direito ao abono, mas porque tem que ficar caracterizada aqui a nossa posição de que nós não vamos compactuar com esse estelionato histórico dos professores e professoras, e muito menos contemplar o que está acontecendo na nossa educação no município.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador Hamilton.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei Complementar nº 04/2026 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final. Com o voto contrário de Hamilton.

Projeto de Lei nº 236/2026, de autoria do Executivo, que dispõe sobre indenização em desapropriação promovidas pelo município e dá outras providências.

Com parecer conjunto favorável, com emendas, nas Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Com voto em separado.

Em Plenário. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 236/2026 permaneçam como estão. Aprovado.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Presidente, para discutir.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): V.Exa. declara o voto, pode ser? Eu não vi V.Exa. dizer que queria discutir.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): É porque tem algumas nuances e outras coisas que eu queria discutir.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode declarar o voto? Eu dou o tempo a V.Exa. para declarar o voto. Já colheu, já acabou. Já foi para a Redação Final e aprovado em Redação Final. Eu já tinha lido.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Eu voto contra esse.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): V. Exa. vota contra?

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Apresentei voto contrário na comissão. Foi um voto meu e de Aladilce.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): A gente coloca V.Exa. como vota contra. Então quem vota contra é V.Exa., Sílvio, Hamilton e a vereadora Aladilce.

Para declaração de voto, o vereador Helio Ferreira. V.Exa. é depois, vereadora.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HELIO FERREIRA (PCdoB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores e vereadoras, todos que nos assistem. Primeiro, Sr. presidente, eu quero aqui agradecer a V.Exa., o presidente Carlos Muniz, que deu uma contribuição importantíssima para que esse projeto fosse votado hoje.

Eu já estava há mais de dois meses tentando falar com o prefeito sobre uma situação que existe com os trabalhadores da CSN, que estão sem receber as suas rescisões. E aí, procurei V.Exa. e fomos lá, eu e o presidente do sindicato, Fábio Primo. De lá a gente teve essa reunião com o prefeito e daí nasceu esse projeto que vai facilitar a vida dos trabalhadores da antiga CSN, porque esse projeto é justamente para a gente poder melhorar as condições dos valores dos terrenos das garagens que estão sendo vendidos. Hoje existe um atraso muito grande de IPTU e de ITIV, na venda que estava sendo realizada, e que iria levar uma grande fatia desses valores — e iria tirar desses valores para pagar o pessoal da CSN.

Então, esse projeto é de grande importância para resolver o problema desses trabalhadores, que estão sendo penalizados, porque não vai descontar parte desses tributos, que iria diminuir mais ainda os valores dos terrenos das garagens para pagar os trabalhadores.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Então, eu não poderia chegar aqui, subir à Tribuna e não agradecer a V.Exa. pelo esforço que fez para que a gente pudesse estar encaminhando essa situação para esses trabalhadores que estão sendo penalizados há mais de cinco anos, sem receber parte das suas decisões. Medidas como essa vão facilitar, realmente, para que esses trabalhadores recebam as suas indenizações.

Portanto, essa é a luta que a gente tem diariamente, por parte desses trabalhadores que deram a sua vida, trabalhadores com mais de 30 anos no sistema, que contribuíram com o sistema. Muitos estão trabalhando, contribuindo com essa péssima mobilidade que a gente tem, com a carência do transporte, com a crise do transporte público, mas que estão sustentando no braço.

Então, medidas como essa são de extrema importância para que a gente facilite a vida dessas pessoas e possa pagar esses trabalhadores, que estão há muito tempo esperando as suas rescisões.

Presidente, mais uma vez, muito obrigado por esse esforço que a gente fez aqui na Casa.

DISCURSO PROFERIDO **PELO SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós sabemos, Helio, do esforço que você tem feito para que esse problema seja resolvido. Você pode ter certeza de que o que nós pudermos fazer para ajudar, nós ajudaremos. São pais e mães de família que estão em situações difíceis, porque não foram honrados ainda com os problemas trabalhistas que houve, relacionados à empresa CSN e com eles. Então, pode ter certeza de que estaremos sempre à disposição para ajudar a resolver esses problemas.

Vereadora Marta, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, é importante a gente discutir o projeto, porque cada projeto traz no seu conteúdo algumas relações que a gente precisa deixar aqui com bastante nitidez. Esse projeto trata de indenizações em desapropriações promovidas pelo município.

Nós apresentamos o voto contrário, condicionado às emendas, no sentido, presidente, de melhorar, de aperfeiçoar e dar transparência também. Então, eu vou só aqui trazer as emendas, porque a nossa primeira emenda teve também um

acordo com o vereador que preside a CCJ, Alexandre Aleluia, e a gente substituiu e incorporou essa daí, que já veio de lá, desde a Comissão Conjunta, que foi o § 3º, do Art. 2º, do Projeto de Lei nº 236/2026, em que a transferência de recurso deverá ser comunicada e registrada previamente à utilização do crédito pelo adquirente, no órgão municipal competente, a quem incumbirá a averbação, controle de cadeia de sessões, adoções de medidas necessárias à prevenção de fraudes.

Então, é bom a gente trazer as emendas, porque a emenda vem nesse sentido de a gente aperfeiçoar, garantir a transparência e também não permitir que futuramente a gente venha a estar aqui analisando alguns desvios. Isso nos preocupa muito.

Então, para garantir isso aí a gente tem que garantir a cessão de créditos a terceiros. Também vale a gente aqui reafirmar a natureza de como está sendo o regime, como a Prefeitura vem trabalhando, sem trazer também toda essa compensação tributária, como o governo e o órgão federal vem fazendo. Por isso, Sr. presidente, que a gente tem esta preocupação em mostrar e trazer.

A outra emenda, a que a gente tem que trazer aqui, dos limites da compensação e da reserva legal. Isso aí é o Art. 3º, que também qualifica como compensação o que está no Art. 170 do Código Tributário Nacional.

Então, vem uma outra emenda modificativa. § 3º do Art. 3º do referido projeto. O Poder Executivo fixará, mediante decreto, os limites percentuais máximos de utilização do crédito por exercício financeiro, observados, em qualquer hipótese, a preservação do fluxo de arrecadação — os correntes também —, os tributos municipais e a proporção entre o valor do crédito e o montante dos tributos devidos.

Isso aí é para a gente garantir um tratamento isonômico, presidente, entre os titulares de créditos e a prévia publicidade dos critérios adotados. Então, é a gente buscar também aqui a transparência e garantir que seja respeitado e publicizado.

Também do registro da desapropriação e da proteção do expropriado. Uma outra emenda aditiva, é a Emenda nº 3, que a gente acrescenta aos §§ 4º e 5º, o Art. 2º do PL nº 236/2026, preservada também a redação original do § 1º e do Art. 2º.

O Art. 2º, Sr. presidente. A constituição de crédito será realizada por meio de celebração de acordo, nos termos do Inciso XXVI do Art. 52 da Lei Orgânica Municipal, em processo regular, com a definição dos critérios, e será descrita na escritura pública a desapropriação amigável. A constituição do crédito se dará com o registro definitivo da desapropriação no Cartório de Registro de Imóveis.

Assim também, o crédito constituído poderá ser transferido a terceiros, por cessão civil ou registro em sistema eletrônico

próprio, hipóteses em que o terceiro adquirente poderá utilizá-la nas mesmas condições previstas nesta lei, vedada a transferência para entes de direito público.

Então, presidente, o que a gente traz aqui é que esse registro também da desapropriação e a averbação na construção de crédito do Cartório do Registro de Imóveis serão providenciados pelo município, correndo por sua conta os respectivos encargos, sem qualquer ônus ou providência a cargo do expropriado.

A nossa última emenda, Sr. presidente, também ela é de fundamental importância, que foi a que o colega Helio trouxe aqui. A nossa emenda é para a gente melhorar, dar transparência e garantir, Helio, que é a da remissão do IPTU, da taxa de resíduo sólido, que está no Art. 5º, e da renúncia de receita — matéria também que é estranha ao objeto da lei da desapropriação. Por isso que a gente trouxe aqui. Até no nosso voto nós concluímos que poderia ter vindo em outra matéria, para a gente poder dar conta e entrar nesse debate.

Então, a mensagem que veio limita-se a afirmar que os estudos realizados... não o que a gente traz aqui. O impacto orçamentário e financeiro a gente sempre cobra, tem que vir anexo, sem acompanhar a estimativa, a quantidade exigida pelo Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A declaração genérica — já concluindo, Sr. presidente — de relevância não supre o requisito legal. Expõe a norma a questionamento perante o Tribunal de Contas do Município, em sede do controle da legalidade.

É uma emenda supressiva, o Art. 5º, caso não seja juntada até a deliberação final, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Por isso a nossa preocupação em relação a todo esse vício que vem acontecendo na Casa, que vem a matéria e não vem os impactos.

Por isso a nossa preocupação, que a inserção também da remissão trabalhista em diploma dessa natureza contraria a regra da unicidade temática, segundo cada lei por afinidade e pertinência em relação ao Art. 7º, Incisos I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Daí, presidente, o nosso voto, que nós apresentamos as emendas e condicionamos o acolhimento das emendas para o nosso voto. Foi acolhida uma, em parceria com o presidente da CCJ, Alexandre Aleluia, e as demais não, daí o nosso voto contrário, que é para melhorar, é para aperfeiçoar cada vez mais. Que esses vícios não continuem sendo reiterados quando a Prefeitura encaminhar projetos para a Casa.

Muito obrigada, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Marta.

Vereadora Aladilce. O microfone da vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, eu quero declarar que nós consideramos meritória a proposta de resolver o problema da CSN, esses trabalhadores que vêm há muito tempo, inclusive fazendo apelos ao sindicato, manifestações na rua porque estão prejudicados, estão sem condição, inclusive, às vezes, de sobrevivência.

Ocorre que a forma como o prefeito mandou esse projeto para cá deixa em aberto, inclusive retira o parágrafo do artigo da lei que estabelecia que, caso não seja utilizada para pagamento de indenizações — como no caso —, essa redução do IPTU, essa redução de tributos, se não for aplicada, se os valores não forem usados para indenização, que isso não valeria, que essa remissão de tributos não valeria.

Então, isso foi retirado, o que abre margem para que esses valores e esses benefícios sejam utilizados para qualquer eventualidade e não direcionados para o caso concreto, como estava na lei original. Esse projeto modifica a lei, uma lei que estabelecia isso.

Então, esse foi o nosso óbice. Portanto, eu quero declarar e explicar meu voto por essa forma.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereadora.

Vamos votar os projetos, as moções por página, pode ser?

Página nº 1. As moções da pág. nº 1. Em discussão. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da página nº 2. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Página nº 3. Moções da página nº 3. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da página nº 4. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas.

Há, na página nº 4, requerimentos que vamos votar também por páginas. Requerimentos da página nº 4. Em única

discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Requerimentos da página nº 5. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovados.

Há moções aqui para serem votadas de 2025. Quero chamar até a atenção dos vereadores para que possamos votar moções e requerimentos semanalmente. Então, vou colocar aqui como página nº 6.

Moções da página nº 6. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Moções da página nº 7. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Quero aqui saudar... cadê o vereador Bomba? Está por aí ainda? Paulinho fica na sua frente, Bomba, e ainda quer seu voto. Imagine! Quero saudar e registrar a presença aqui do vereador Bomba, a explosão do Cabula. Não é, Bomba? Sempre, não é? Agora é explosão de quê? Arembepe? Então, pronto. Seja bem-vindo, irmão. Seja bem-vindo. Um abraço.

Não tendo nada mais a discutir, declaro encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimental.